

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ANGELINA

LEI Nº 833

Estima a Receita e fixa a Despesa do
Município de Angelina para o Exercício de
2001.

MAURO JÖNCK, Prefeito Municipal de Angelina, faz saber a todos os
habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

DO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO

Art. 1º - O Orçamento do Município de Angelina, para o exercício de 2001 estima a Receita e
fixa a Despesa em R\$ 3.172.300,00 (três milhões, cento e setenta e dois mil e trezentos
reais).

DO ORÇAMENTO DA PREFEITURA

Art. 2º - O Orçamento da Prefeitura para o exercício de 2001 estima a Receita e fixa a Despesa
em R\$ 2.844.000,00 (dois milhões e oitocentos e quarenta e quatro mil reais).

§ 1º- A Receita será realizada mediante a arrecadação de tributos, rendas e outras Receitas
Correntes e de Capital, na forma da legislação em vigor, discriminada nos quadros anexos,
com o seguinte desdobramento.

1. RECEITAS CORRENTES	R\$	2.494.000,00
1.1 Receita Tributária	R\$	137.000,00
1.2 Receita de Contribuições	R\$	2.000,00
1.3 Receita Patrimonial	R\$	30.000,00
1.4 Receita Agropecuária	R\$	10.000,00
1.5 Receita de Serviços	R\$	21.000,00
1.6 Transferências Correntes	R\$	2.258.000,00
1.7 Outras Receitas Correntes	R\$	36.000,00
2. RECEITAS DE CAPITAL	R\$	350.000,00
2.1 Operações de Crédito	R\$	100.000,00
2.2 Alienação de Bens	R\$	60.000,00

2.2 Transferências de Capital	R\$	190.000,00
T O T A L	R\$	2.844.000,00

§ 2º - A Despesa da Prefeitura será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo a classificação institucional, funcional-programática e econômica, distribuídas da seguinte maneira:

I - CLASSIFICAÇÃO INSTITUCIONAL

01 - CÂMARA MUNICIPAL	R\$	90.000,00
02 - GABINETE DO PREFEITO	R\$	86.000,00
03 - SECR. MUN. DE ADM. E FINANÇAS	R\$	267.900,00
04 - SECR. MUN. DE EDUCAÇÃO	R\$	862.200,00
05 - SECR. MUN. SAÚDE E ASSIST.SOC.	R\$	220.000,00
06 - SECR. MUN. TRANSP.,OBR.E SERV.PUB.	R\$	762.000,00
07 - SECR. MUN. AGRIC., MEIO AMB.,IND. COMÉRCIO E TURISMO	R\$	262.000,00
08 - ENCARGOS GERAIS	R\$	259.700,00
99 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA	R\$	34.200,00
T O T A L	R\$	2.844.000,00

II - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

01 – LEGISLATIVA	R\$	90.000,00
03 - ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO	R\$	459.900,00
04 – AGRICULTURA	R\$	236.000,00
05 – COMUNICAÇÕES	R\$	16.000,00
07 - DESENVOLVIMENTO REGIONAL	R\$	19.200,00
08 - EDUCAÇÃO E CULTURA	R\$	830.200,00
10 - HABITAÇÃO E URBANISMO	R\$	145.000,00
11 - IND.,COM. E SERVIÇOS	R\$	20.000,00
13 - SAÚDE E SANEAMENTO	R\$	219.000,00
15 - ASSISTÊNCIA E PREVIDÊNCIA	R\$	160.500,00
16 – TRANSPORTE	R\$	614.000,00
99 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA	R\$	34.200,00
T O T A L	R\$	2.844.000,00

III - CLASSIFICAÇÃO ECONÔMICA

DESPESAS CORRENTES	R\$	2.150.800,00
Despesas de Custeio	R\$	1.680.000,00
Pessoal	R\$	889.000,00
Material de Consumo	R\$	336.000,00

Serviços de Terceiros e Encargos	R\$	395.000,00
Diversas Despesas de Custeio	R\$	60.000,00
Transferências Correntes	R\$	470.800,00
Transferências Intragovernamentais	R\$	3.000,00
Transferências Intergovernamentais	R\$	250.000,00
Transf. a Instituições Privadas	R\$	52.800,00
Transferências a Pessoas	R\$	60.000,00
Encargos da Dívida Interna	R\$	85.000,00
Contribuição PASEP	R\$	20.000,00
DESPESAS DE CAPITAL	R\$	659.000,00
INVESTIMENTOS	R\$	631.000,00
Obras e Instalações	R\$	324.000,00
Equipamentos e Material Permanente	R\$	307.000,00
Inversões Financeiras	R\$	3.000,00
Const. Aum. Cap. Emp. Com. ou Financ.	R\$	3.000,00
Transferências De Capital	R\$	25.000,00
Amortização da Dívida Interna	R\$	25.000,00
Reserva De Contingência	R\$	34.200,00
T O T A L	R\$	2.844.000,00

DO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Art. 3º - O Orçamento do Fundo Municipal da Saúde para o exercício de 2001 estima a Receita e Fixa a Despesa em R\$ 153.800,00 (cento e cinquenta e três mil e oitocentos reais).

§ 1º - A Receita do Fundo Municipal de Saúde será realizada mediante transferência de recursos da União, do Estado e do Município, de acordo com o seguinte desdobramento:

1. RECEITAS CORRENTES	R\$	148.300,00
1.1 - Receita Patrimonial	R\$	2.000,00
1.2 - Transferências Intragovernamentais	R\$	500,00
1.3 - Transferências Intergovernamentais	R\$	2.000,00
1.4 - Transferências de Convênios	R\$	143.800,00
2. RECEITAS DE CAPITAL	R\$	5.500,00
2.1 - Transferências Intragovernamentais	R\$	500,00
2.2 - Transferências Intergovernamentais	R\$	5.000,00
TOTAL		153.800,00

§ 2º - As despesas do Fundo Municipal da Saúde será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta lei, obedecendo a classificação funcional e econômica, distribuída da seguinte maneira:

I - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO			
15 -	Assistência e Previdência	R\$	151.300,00
99 -	Reserva de Contingência	R\$	2.500,00
	TOTAL		153.800,00

II - CLASSIFICAÇÃO ECONÔMICA			
DESPESAS CORRENTES		R\$	146.300,00
	Despesa de Custeio	R\$	145.300,00
	Pessoal	R\$	75.000,00
	Material de Consumo	R\$	50.300,00
	Serviços de Terceiros e Encargos	R\$	20.000,00
	Transferências Correntes	R\$	1.000,00
	Transferências a Instituições Privadas	R\$	1.000,00
		R\$	
DESPESAS DE CAPITAL		R\$	5.000,00
	Investimentos	R\$	5.000,00
	Equipamento e Material Permanente	R\$	5.000,00
	Reserva de Contingência	R\$	2.500,00
	T O T A L	R\$	153.800,00

DO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Art. 4º - O Orçamento do Fundo Municipal de Assistência Social para o exercício de 2001 estima a Receita e Fixa a Despesa em R\$ 23.500,00 (vinte e três mil e quinhentos reais), de acordo com a seguinte posição.

§ 1º - A Receita do Fundo Municipal de Assistência Social será realizada mediante transferência de recursos da União, do Estado e do Município, de acordo com o seguinte desdobramento:

1. RECEITAS CORRENTES	R\$	23.300,00
1.1 - Receita Patrimonial	R\$	500,00
1.2 - Transferências Intragovernamentais	R\$	500,00
1.3 - Transferências Intergovernamentais	R\$	2.000,00
1.4 - Transferências de Convênios	R\$	20.000,00
2. RECEITAS DE CAPITAL	R\$	500,00
2.1 - Transferências Intragovernamentais	R\$	500,00
TOTAL		23.500,00

§ 2º - As despesas do Fundo Municipal de Assistência Social será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta lei, obedecendo a classificação funcional e econômica, distribuída da seguinte maneira:

I - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO			
15 -	Assistência e Previdência	R\$	21.500,00
99 -	Reserva de Contingência	R\$	2.000,00
	TOTAL		23.500,00

II - CLASSIFICAÇÃO ECONÔMICA

DESPESAS CORRENTES	R\$	21.000,00
Despesa de Custeio	R\$	15.000,00
Material de Consumo	R\$	12.500,00
Serviços de Terceiros e Encargos	R\$	2.500,00
Transferências Correntes	R\$	6.000,00
Transferências a Instituições Privadas	R\$	6.000,00
 DESPESAS DE CAPITAL	 R\$	 500,00
Investimentos	R\$	500,00
Equipamento e Material Permanente		500,00
Reserva de Contingência	R\$	2.000,00
T O T A L	R\$	23.500,00

DO ORÇAMENTO DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA

Art. 5º - O Orçamento do Instituto de Previdência Social do Servidores Públicos do Município de Angelina – ANGEPREV para o exercício de 2001, estima a Receita e Fixa a Despesa em R\$ 151.000,00 (cento e cinquenta e um mil reais)

§ 1º - A Receita do Instituto de Previdência Social do Servidores Públicos do Município de Angelina – ANGEPREV será realizada mediante a arrecadação de rendas, contribuições e encargos moratórios, na forma da legislação vigente, discriminada nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento:

1. RECEITAS CORRENTES	R\$	151.000,00
1.2 - Receitas de Contribuições	R\$	140.500,00
1.3 - Receita Patrimonial	R\$	8.500,00
1.4 - Outras Receitas Correntes	R\$	2.000,00

§ 2º - As despesas do Instituto de Previdência Social do Servidores Públicos do Município de Angelina – ANGEPREV será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta lei, obedecendo a classificação funcional-programática e econômica, distribuída da seguinte maneira:

I - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

03 - Administração e Planejamento	R\$	21.500,00
15 - Assistência e Previdência	R\$	36.300,00
99 - Reserva de Contingência	R\$	93.200,00
TOTAL		151.000,00

II - CLASSIFICAÇÃO ECONÔMICA

DESPESAS CORRENTES	R\$	49.800,00
Despesa de Custeio	R\$	13.000,00
Pessoal	R\$	7.000,00
Pessoal Civil	R\$	5.000,00
Obrigações Patronais	R\$	2.000,00
Material de Consumo	R\$	1.000,00
Serviços de Terceiros e Encargos	R\$	5.000,00

Transferências Correntes	R\$	36.800,00
Transferências a Pessoas	R\$	36.800,00
Inativos	R\$	24.000,00
Pensionistas	R\$	12.000,00
Salário Família	R\$	800,00
 DESPESAS DE CAPITAL	R\$	8.000,00
Investimentos	R\$	2.000,00
Equipamento e Material Permanente		2.000,00
Inversões Financeiras	R\$	6.000,00
Aquisição de Imóveis	R\$	2.000,00
Aquisição de Títulos de Créditos	R\$	2.000,00
Aquisição de Tít. Rep. de Cap. já Integr.	R\$	2.000,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	R\$	93.200,00
T O T A L	R\$	151.000,00

Art. 6º - Os recursos da Reserva de Contingência são destinados ao atendimento dos passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais não previstos, conforme ANEXO II, da Lei de Diretrizes Orçamentárias.

§ 1º - Os recursos da reserva de contingência, destinados a eventos fiscais imprevistos, no valor de R\$ 34.200,00 (trinta e quatro mil e duzentos reais), servirão para suplementar, por ato do Poder Executivo Municipal, as dotações para despesas com manutenção da estrutura administrativa do Município, eventualmente orçadas a menor, e para abertura de crédito suplementar especial de dotação eventualmente não orçado.

§ 2º - Os recursos da Reserva de Contingência do Fundo Municipal de Saúde são destinados a suplementar, por ato do Chefe do Poder Executivo, as dotações para despesas com manutenção do Fundo eventualmente orçados a menor.

§ 3º - Os recursos da Reserva de Contingência do Fundo Municipal de Assistência Social são destinados a suplementar, por ato do Chefe do Poder Executivo, as dotações para despesas com manutenção do Fundo eventualmente orçados a menor.

§ 4º - Os recursos da Reserva de Contingência do Instituto de Previdência poderão ser destinados a suplementar, por ato do Executivo Municipal, as dotações para despesas com manutenção do Instituto, eventualmente orçados a menor.

Art. 7º - Fica o Executivo Municipal autorizado a remanejar dotações de um elemento de despesa para outro, dentro de cada projeto ou atividade.

Art. 8º - O Executivo está autorizado, nos termos do Art. 7º da Lei Federal nº 4.320/64, a abrir créditos adicionais suplementares, até o limite de 25% da Receita estimada para o orçamento de cada uma das unidades gestoras, utilizando como fontes de recursos:

I - o excesso ou provável excesso de arrecadação, observada a tendência do

exercício.

II - a anulação de saldos de dotações orçamentárias não comprometida.

Parágrafo único - Excluem-se desse limite, os créditos adicionais suplementares, decorrentes de leis municipais específicas aprovadas no exercício.

Art. 9º - Na aplicação do disposto nos Artigos 2º, 3º, 4º e 5º desta lei, deverá ser observado o limite estabelecido no Artigo 11 da Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Art. 10º - As dotações com recursos vinculados a convênios, operações de créditos e outros, só serão executados ou utilizados se estiver assegurado o seu ingresso no fluxo de caixa.

Art. 11º - Os recursos oriundos de convênios não previstos no orçamento da Receita, ou o seu excesso, poderão ser fontes de recursos para abertura de créditos adicionais suplementares de projetos ou atividades, por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal.

Art. 12º - Fica o Executivo Municipal autorizado a firmar convênio com os governos Federal, Estadual e Municipal, diretamente ou através de seus órgãos da administração direta ou indireta.

Art. 13º - A presente Lei vigorará durante o exercício de 2001, a partir de 1º de janeiro, revogadas as disposições em contrário.

Angelina, 24 de novembro de 2000.

MAURO JÖNCK
PREFEITO MUNICIPAL